

# Malan convence senadores a aprovarem o PEF

A dramaticidade com que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresentou os números das contas públicas, em jantar, na última quarta-feira, na casa do vice-presidente da República, Marco Maciel, impressionou os senadores presentes. Ao final do encontro, ao qual compareceu também o presidente Fernando Henrique Cardoso, os senadores saíram convencidos de que não há outra alternativa senão aprovar o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF) divulgado pelo Governo.

"O ministro desenhou um

quadro assustador para o Brasil se o programa não for aprovado", comentou um senador presente. Além de Pedro Malan, participaram do jantar os ministros do Planejamento, Paulo Paiva, da Administração, Cláudia Costin, e da Previdência, Waldeck Ornellas, além do secretário executivo do Ministério do Planejamento, Martins Tavares. Todos falaram, mas foram principalmente os apresentados pelo ministro da Fazenda que levaram o Governo a conquistar terreno para aprovar a maior parte do pacote. Só para a Prev-

idência, por exemplo, Malan prevê que se nada for feito, em 2006 ou 2007, o déficit baterá na casa dos R\$ 100 bilhões, contra cerca de R\$ 40 bilhões hoje, entre o INSS e os sistemas previdenciários da União, Estados e municípios.

O senador dá como certo, por exemplo, que a prorrogação e o aumento da alíquota da CPMF, de 0,2% para 0,38% no próximo ano, e para 0,30% a partir de 2000, será aprovada, embora seja previsível resistências na Câmara dos Deputados. A elevação da CPMF é a base do programa na parte de

aumento de receitas. Dos R\$ 13,3 bilhões de aumento previstos para o próximo ano, a elevação da alíquota da CPMF deverá responder por cerca de R\$ 7,3 bilhões. O presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães, que havia se pronunciado contra a elevação da alíquota da CPMF para 0,38%, não participou do jantar.

O senador admite que a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2006 é a desvinculação de 40% das receitas do Governo que constitucionalmente são vinculadas a receitas

específicas poderá ficar em banho-maria no Congresso. Dependendo da evolução da crise no próximo ano, aquela proposta seria aprovada ou não. De qualquer forma, o FEF só será extinto no final do próximo ano e garante ao Governo usar livremente 20% das receitas da União, mesmo aquelas que constitucionalmente deveriam formar os fundos de participação dos estados e dos municípios.

**AGUINALDO NOGUEIRA**  
Repórter do Jornal de Brasília